

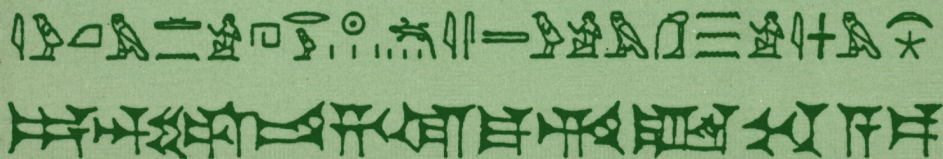
# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
Universidade de Lisboa

3



E D I Ç Õ E S  
C O S M O S



da escola de F.M. Cross — duas redacções em corte vertical — e da escola de Göttingen — três estratos horizontais combinados, DtrG ou DtrH, Dtr P, Dtr N — também não a abalam nem pretendem abalar), dado o arcaboço do travejamento cronológico e a solidez da análise estilística e teológica que se lhe conhece. A teoria do casamento político de David com Betsabé não deixa de ser interessante. Gostaria no entanto, de ver provas mais concludentes. Quanto à refutação da História da Sucessão de David, a argumentação parece mais consistente. Mas tratar-se-á de um *Requiem* pela teoria de Rost, longa e largamente acarinhada na investigação? Talvez. E talvez não. É que, a História da Sucessão de David, «a nível lato e de superfície da redacção final... tem potencial de aplicabilidade ao texto» (p. 31). E, se não é caso de «O rei morreu. Viva O rei!», podem detectar-se nos trechos atribuídos à História da Sucessão muitos traços de «iluminismo» (saio-mónico?)... relatos tão seculares de intriga e ambição política, com traição, espionagem e negócios de saias à mistura, que fazem perguntar pela ironia de Judeus e Cristãos considerarem tal literatura divinamente inspirada (Ed. Meyer).

**José Nunes Carreira**

JEAN VERCOUTTER, *L'Egypte et la vallée du Nil*, T, I: *Des origines à la fin de l'Ancien Empire*. Col. Nouvelle Clio, PUF, Paris, 1992, LI + 382 pp.

Este volume que aqui apresentamos está planificado para constituir o primeiro de três que versarão sobre a História do Egipto. Neles se pretende dar uma imagem actualizada dos dados provenientes das investigações feitas no terreno — escavações e prospecções efectuadas de 1960 a 1990 (p. II).

Apesar de não manter exactamente o esquema tradicional da colecção «Nouvelle Clio», as páginas III-LI constituem uma longa lista de bibliografias, velhas e novas, até à VIII dinastia, termo do Império Antigo.

A história da Egiptologia nas suas principais etapas, entre 1798 e os nossos dias, com as perspectivas de futuro que se oferecem para a mesma, são sintetizadas nas pp. 1-22, devendo-se sublinhar a síntese conclusiva de tarefas, vias e respectivas bibliografias essenciais (pp. 20-22).

O capítulo II trata do ambiente e das fontes materiais de uma civilização, incluindo uma síntese sobre a história geo-ambiental do país, as etapas da irrigação artificial, a vida no vale do Nilo, a aproximação

às questões da demografia histórica e a determinação do tipo rácico predominante que caracteriza o Egipto. A história dos recursos naturais: fauna, flora (estudados em grande pormenor, quanto a espécies e quanto à história da respectiva utilização). Actualiza também a informação relativa aos recursos de origem mineral e aos metais, sua extracção, importação e uso.

Quanto à língua, o A. perfilha o enquadramento do egípcio no grupo «camito-semita» ou melhor, segundo ele, no grupo «afro-asiático» (p. 65). As questões de calendário e de cronologia, tanto nos dados de base como nas sequelas de alcance historiográfico, desembocam nas oito épocas maiores de periodização da história egípcia, desde a época tinita à época baixa (p. 82). Pode observar-se alguma incongruência entre as posições assumidas neste quadro relativamente ao início do Período Intermédio a seguir à VI dinastia, quando, na secção expositiva tocante a esta questão (pp. 360-361), o Autor afirma de maneira explicitamente enfatizada que o início daquele Primeiro Período Intermédio se deve colocar a seguir à VIII dinastia.

A exposição sobre as fontes da história egípcia acabou por se cingir exclusivamente à sua especificidade e natureza (suporte material e modelo técnico-linguístico), distribuindo-se segundo a variedade dos seus sistemas de escrita, (hieroglífico, hierático e demótico, pp. 82-87), colocando-se num horizonte mais simplesmente pedagógico do que aquele que o livro, no essencial, pratica.

O longo capítulo III (pp. 89-172) cobre o longo evoluir humano desde o paleolítico às duas fases do período pré-dinástico e ao protodinástico. Esta correria constituinte e configuradora do Egipto histórico ter-se-á concluído por volta de 3150, a. C. O Autor tem consciência de que os últimos decénios de investigação têm trazido muitos dados novos e procurou aproveitar essas novidades, quando parecem asseguradas. Tais dados renovaram basicamente o conteúdo desta secção da sua obra. Foram também os métodos mais apurados de datação e foram as entusiastas e generosas campanhas de salvamento dos monumentos, empreendidas sob o patrocínio da UNESCO, que, mesmo localizadas na região da Núbia, acabaram por catapultar frequentes sequelas sobre a área egípcia.

Presente no vale do Nilo egípcio, desde por volta do ano de 120 000, o homem não parece ter passado ali por um verdadeiro processo neolítico (pp. 97-99). Durante o período neolítico e pré-dinástico antigo, até por volta de 3500, as duas partes do Egipto mantiveram-se como entidades diferentes, e chegaram ao final destes períodos apresentando claros traços de grande osmose cultural e civilizacional

entre ambas as «terras». A uniformização cultural acelera-se durante o pré-dinástico recente (gerzense ou Nagada II). As hipóteses de origem asiática da cultura gerzense mantêm-se problemáticas (pp. 197-198). Mas é evidente que esta cultura pré-dinástica é directa antecessora da civilização faraónica, em aspectos vários, como o culto funerário e a língua. E a cristalização da língua egípcia histórica começaria precisamente a partir desta altura (pp. 170-172).

Será difícil distinguir radicalmente a sequência entre os períodos pré-dinástico e protodinástico, mas uma época protodinástica caracterizar-se-ia pelo processo de urbanização, pela evolução rápida das instituições sociais e por uma cultura única com origem no Alto Egito, desde a primeira catarata até ao Mediterrâneo (p. 173 ss).

O problema do(s) nome(s) do faraó unificador, os nomes, o número e o modelo institucional dos faraós anteriores à primeira dinastia (grupo eventualmente designável como uma dinastia zero), a data do início da primeira dinastia em torno a 3150 e o outro conteúdo historiável destes primeiros tempos são temas que ocupam o Autor com todo o pormenor. Um por um e comparativamente entre as várias fontes disponíveis vão sendo comparados os oito faraós conhecidos da I dinastia (pp. 199-221) e os nove da II (pp. 223-234).

As instituições da monarquia arcaica parecem estar em funcionamento desde o tempo de Narmer e mesmo antes. Interessante é a análise sobre as razões e o processo específicos do Egito para acesso ao «Estado» e o sentido de unificação que implica uma reconsideração dos conceitos bipolares de Alto e de Baixo Egito (pp. 239-244). As lutas míticas entre o Norte e o Sul, imagicamente concretizadas na diferença das duas coroas, ter-se-iam dado durante a referida dinastia zero, e mais propriamente entre Hieracômpolis e Nagada, que representariam respectivamente o Sul e o Norte aqui em questão, mas que se situam ambas dentro do Sul histórico e geográfico.

Da história das III e IV dinastias sobressaem as figuras de Djoser e os conjuntos funerários das grandes pirâmides, ficando o resto razoavelmente mal conhecido (pp. 245-288). Seguindo, como anteriormente fez, a lista dos faraós conhecidos, Jean Vercoutter vai actualizando e sintetizando o que se sabe sobre cada reinado. Durante o longo reinado do penúltimo faraó da V dinastia, nota-se grande aumento da administração central (p. 305). A dupla de figuras constituída por Unas e Ptah-hotep, seu vizir, no final da V dinastia, constituem um momento forte de conteúdo e figurino muito semelhantes ao que ocorrera, duas dinastias antes, com Djoser e Imhotep.

Na VI dinastia, o reinado de Pepi II deve ter sido mais curto do que tradicionalmente se pensava. E a verdade é que da VI dinastia pouco se sabe para já; mas aquilo que se conhece parece levar a contestar a ideia de que esta dinastia tenha sido uma dinastia de declínio. O reino de Pepi I poderia constituir até o apogeu de todo o Império Antigo (pp. 315-317; 323; 332). Mais uma vez se torna difícil saber que laços ou que rupturas marcam e motivam a passagem da dinastia que acaba para aquela que se lhe segue. O desenvolvimento provincial, durante o reinado de Pepi I, parece um facto garantido, sem que se possa afirmar ainda que aí se devam encontrar as causas de tudo aquilo que se passou no Primeiro Período Intermédio (p. 327).

Nesta parte final do Império Antigo, Jean Vercoutter trata da importância e da modalização das relações com a África, directamente pelo vale do Nilo, ou, pela via de acesso marítima, com o Punt ou com a Ásia, para Biblos ou Palestina. Ainda neste sentido e no respeitante à construção do respectivo complexo funerário, o reinado de Pepi II é longamente tratado, incluindo o domínio tão ingrato das investigações sobre a administração (p. 348).

As condições de baixa pluviosidade e as altas taxas de aumento demográfico, arrastando para um maior envolvimento das autoridades locais, são estudados (pp. 352-353) no contexto do conjunto de explicações que se debruçam sobre as causas do aparecimento do Primeiro Período Intermédio, as quais se confessam como permanecendo múltiplas e confusas (p. 351).

Já em final de obra, Jean Vercoutter olhá com algum interesse para a hipótese de uma oligarquia detentora de poder sob a forma de um «faraonato colegial», para explicar os problemas de verosimilhança suscitados por uma tão longa lista de faraós para o tão curto tempo de duração da VIII dinastia.

Este livro assumiu-se muito principalmente como uma verificação de dados, a partir das descobertas dos últimos decénios, e daí lhe vem também o ar mais enumerativo de dados do que de leve e organizada exposição. Este livro não se planificou em termos pedagógicos, mas em termos informativamente económicos. Daí alguma densidade excessiva e mesmo algumas inevitáveis repetições de tema.

Porém, o seu interesse é enorme. Ficamos a aguardar pelos dois restantes volumes prometidos.

**José Augusto Ramos**